Declaração do Contador

A Divisão de Contabilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região é unidade integrante da Secretaria de Orçamento e Finanças.

A conformidade das demonstrações contábeis, realizada no âmbito da Divisão de Contabilidade, busca a garantia da integralidade das informações registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

No âmbito deste Regional, são evidenciadas as seguintes Demonstrações Contábeis:

Balanco Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do Tribunal.

Balanco Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.

Balanco Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do ministério no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.

Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Todas as demonstrações contábeis foram elaboradas tomando-se por referência as normas vigentes de contabilidade aplicada ao setor público: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP e o Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

É importante destacar que há uma expectativa de grande ganho em relação à qualidade das informações contábeis com a implementação do sistema de custos na Justiça do Trabalho. Atualmente, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região integra um conjunto de tribunais que, sob a coordenação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), participam do projeto piloto para implantação do referido sistema.

Faz-se necessário informar que há algumas questões que ainda dependem de regularização contábil, a exemplo de falta de avaliação e depreciação de parte dos bens móveis adquiridos antes do exercício de 2010 e a ausência de cálculo e do conseqüente registro da amortização do ativo intangível (softwares). Questões estas que devem ser objeto de gestão da contabilidade junto às unidades administrativas responsáveis pelas informações que possibilitarão os devidos registros em relação aos referidos bens.

Portanto considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanco Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanco Orçamentário, Balanco Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

Recife, 29 de março de 2019

Fredson José Neto do Amorim

Chefe da Divisão de Contabilidade

CRC n.º PE-020936/O-0